

“O Asylo é lugar da Imprensa”: A Lei da Reforma Psiquiátrica nos impressos do Piauí (2001-2012)¹

Sônia Maria dos Santos Carvalho²
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

RESUMO

Compreender as representações que os jornais piauienses *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo* construíram sobre a Reforma Psiquiátrica entre 2001 e 2012, quando da sanção da Lei 10.216/ 2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica é o problema deste artigo, que objetivou entender ainda quais os lugares sociais do doente e da doença mental no Piauí à época. Fora aplicada a metodologia da análise de conteúdo (Bardin, 2014) analisando-se 32 textos. Conceitos de *representações sociais* de Moscovici (2000), *loucura visível* de Engel (2001) e saber/poder de Foucault (1979) ajudaram e concluir que a lei foi representada sem permitir ver o doente mental como cidadão de direitos.

Palavras-Chaves: Reforma Psiquiátrica; Doença Mental; Representações jornalísticas; Comunicação

INTRODUÇÃO

O médico piauiense Clidenor de Freitas Santos, com 28 anos de idade e diplomado pela Universidade Federal de Pernambuco cinco anos antes, pediu a palavra na reunião dos membros da Associação Piauiense de Medicina. Era 25 de junho de 1941, a última quarta-feira do mês, e a classe médica se reuniu em Teresina para debater questões internas. A entidade criada em 1938, durante o governo do interventor Leônidas de Castro Melo (1935-1945), atraiu naquela oportunidade, os interlocutores que mais interessavam a Freitas Santos: além dos colegas de profissão, o presidente e os técnicos do Instituto de Assistência Hospitalar - órgão do governo estadual lotado na Diretoria de Saúde Pública. O que se seguiu foi um ato político a partir da esfera médica, com a leitura do relatório de sua autoria. O documento detalhou a situação da assistência psiquiátrica no Piauí ao longo das primeiras quatro décadas do Século XX e finalizou listando ações que poderiam imprimir melhorias ao Asylo de Alienados Aerolino de Abreu, entre elas a atuação dos órgãos de imprensa existentes no Piauí. Naquele ano, esta instituição asilar era a maior do Estado, com capacidade para 300 internos (Guimarães, 1994). Passados oitenta anos

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Estudos da Comunicação, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

² Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora efetiva do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Mestra em História do Brasil (UFPI) e membro do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde – SANA Piauí (UESPI), de Teresina, Piauí. E-mail: soniamaria@cceca.uespi.br/sonia.mariac@ufpe. Link de acesso ao currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1240270495070793>.

de divulgação do relatório, os apelos listados naquele conteúdo nos abrem possibilidades para estudos sobre a história da saúde e das doenças no Piauí.

É a partir deste documento, recorrendo às representações forjadas no lidar com a doença mental em sua historicidade, que iniciamos nossas reflexões contemplando parte de pesquisa de doutoramento em desenvolvimento junto à Universidade Federal de Pernambuco, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Neste momento da investigação acadêmica, nos voltamos à compreensão das representações que os jornais piauienses *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo* produziram sobre a Reforma Psiquiátrica, expressas no leito dos textos publicados a partir do biênio (2001-2002). Os recortes temporal, espacial e editorial escolhidos seguiram o critério de coexistência da produção jornalística quando da sanção e desdobramentos da Lei 10.216 (de 06 de abril de 2001), conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, assinada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Outro critério foi deter-se nos jornais impressos sediados na capital e de circulação ininterrupta. Esta característica buscou a importância social dos periódicos ante as transformações vividas entre os séculos XX e XXI no âmbito do mercado de meios de comunicação piauiense. No início dos anos 2000, as emissoras de televisão locais, emissoras de rádio e portais de notícias dividiam com os jornais impressos, uma ecologia de produção noticiosa complexa e baseada na concentração de veículos nas mãos de poucos empresários, como Guimarães, Miranda, Alencar Rebelo, Tajra e Damásio (Said, 2001).

O objetivo geral desta pesquisa é entender como os jornais *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, representaram a Reforma Psiquiátrica, levando em consideração o papel que lhes é legitimado e socialmente conferido: o de instituições privadas, compromissadas com o bem público, porém pautadas no desenvolvimento das sociedades nas quais estão inseridos, pela aproximação com todas as fontes de poder (Traquina, 2005). De modo específico os objetivos são compreender quais aspectos da referida legislação foram veiculados ou não e quais posicionamentos jornalísticos foram adotados a partir de sanção da lei; identificar quais vozes podem ter sido silenciadas ou insurgidas, validadas para representar socialmente a Reforma Psiquiátrica. A pergunta que atravessa toda a pesquisa é: quais as representações jornalísticas foram publicizadas por ocasião da lei federal que propôs uma política de reconhecimento de direitos e proteção aos portadores de transtornos mentais ampla? Toma-se de partida a consideração de que os

meios de comunicação selecionados são agentes sociais de expressão de tensões, acordos e dissensos de uma sociedade no tempo, no entanto, não são vozes únicas (Pereira Junior, 2005). Há nas sociedades complexas, em especial a partir do Século XX, uma miríade de atores em franca expressão coletiva, atuando no jogo pelo respaldo de suas crenças, ideologias e bandeiras de luta.

METODOLOGIA

Quanto ao objeto, construímos uma pesquisa empírica, voltada ao estudo de um fenômeno real e percebido a partir de documentos e fonte primárias: os jornais. O trabalho classifica-se como pesquisa qualitativa. Com a metodologia da análise de conteúdo (Bardin, 2014), mapeou-se 32 matérias, notas, chamadas de capa e artigos sobre a Reforma Psiquiátrica no Piauí para posterior separação temática e condução da crítica. Porém, a decisão metodológica de eleger o biênio 2001-2002 como recorte temporal teve de ser redimensionada frente ao apresentado pelo objeto no decorrer das coletas realizadas no início de julho de 2024, via registro fotográfico dos jornais constantes no Arquivo Público do Piauí, em Teresina. Características mais agudas relacionadas aos silêncios quanto ao tema no momento histórico da sanção indicaram duas direções a seguir: primeiramente um recuo para buscar relações entre loucura e imprensa registradas anteriormente. Em seguida um avanço para além de 2001-2002, tendo como referência datas específicas relacionadas à luta antimanicomial, conferências ou eventos nos quais as representações acerca da Reforma Psiquiátrica estivessem vinculadas.

Os passos seguidos para a análise de conteúdo foram: a) o número de mensagens, b) a primeira leitura do material, c) descrição do material, d) a identificação das unidades de análise e e) definição de categorias de análise.

Textos como o relatório de Clidenor Freitas Santos, de 1941, mostraram que o exercício de recuo do recorte temporal, em busca do que foram percebidos como internação, doença mental e relações com a imprensa, foram úteis ao entendimento deste período no Piauí. De igual modo, para atender aos objetivos propostos, o movimento de avançar nos periódicos de vários anos à frente trouxe as representações perseguidas. Assim, foram incorporadas edições de jornais dos anos de 2010, 2011 e até 2012. Quanto às demais fontes, a pesquisa recorre aos métodos bibliográficos e documental (Minayo, 2019) para o exame de textos médicos e legislações brasileiras, em especial a Lei

10.216/2001 e as demais portarias ministeriais que nos anos posteriores regulamentaram a Política Nacional de Saúde Mental no Brasil, impactando no Piauí.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A amparo teórico com o qual dialogou esta pesquisa contemplou *representações sociais* (Moscovici, 2001), *doucura visível* (Engel, 2001) e sobre a natureza e poder de representação de mundo atribuído socialmente *pelo* e *com* os meios de comunicação (Pereira Junior, 2005). O saber/poder na crítica de (Foucault, 1979) somou para a percepção da eleição de grupos de autoridade na definição e manejo social dos corpos, em particular os adoecidos mentalmente percebidos nesta investigação, bem como a historicidade da loucura e sua íntima relação com sentidos de periculosidade e criminalidade (Foucault, 1972). Representações são o exercício contínuo de qualificar um *outro*, que quando em adoecimento mental apresenta seu distúrbio em suas falas, gestos. Comportamentos, configurando a desrazão um mal visível e desconcertante, que com o advento da psiquiatria viu ser atrelada a um saber/poder médico que o reivindicava como autoridade sobre ela no campo privilegiado do manicômio.

As reflexões que a problemática propôs, nascidas do diálogo entre perspectiva teórica, trabalhos científicos e as respostas admitidas após aplicação da metodologia estão apresentados em partes que interrelacionam-se, como explanado a seguir: a primeira é *O Asylo é lugar da imprensa*, cujo objetivo foi aprofundar a importância da pauta da saúde e das doenças para a oficina jornalística. Na esteira dessas discussões, a segunda parte, intitulada *A Lei 10.216/2001 e a reforma que nunca acabou*, abordou a Lei de 10.216, de 06 de abril de 2010, com o objetivo de refletir sobre as tensões sociais que permearam a norma legal dedicada a modificar profundamente o tratamento dispensado à doentes mentais no país. Os jornais *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo: breve histórico*, título da terceira parte, abordou breve histórico dos jornais em estudo com o propósito de compreender o lugar social de produção e veiculação de suas produções, características e posicionamentos políticos (velados ou não) bem como as características que foram levadas em conta na seleção das 32 produções textuais mapeadas e analisadas. Com as discussões anteriormente decorridas, encaminhamos o leitor à quarta parte, *Representações da Reforma Psiquiátrica nos jornais piauienses*, voltada em específico para a análise hemerográfica propriamente dita. A última parte são as conclusões e o mapeamento dos textos analisados como fonte.

Por hora seguimos considerando um momento na história em que os jornalistas viveram um ponto de inflexão no seu fazer: antes de noticiar por dever de ofício as condições do Asylo de Alienados de Teresina e as reformas que lhe eram necessárias, foi o saber psiquiátrico que lançou a pauta aos jornais no intuito de reconhecer a loucura internada entre altos muros. A doença mental existia e era hora de pensá-la como pauta, era momento de os jornais perceberem-se como imersos no mundo e não à parte dele (Berger e Luckmann, 1978); momento de fazerem sua parte na loucura real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jornais piauienses representaram a Reforma Psiquiátrica, com suas equipes locais de jornalistas, apenas após um lapso temporal que variou entre 4 a 9 anos em relação a 2001, a depender do jornal impresso em mãos. O problema da loucura era pautado, mas não associado inicialmente a direitos já previstos em lei. Por maior que fosse a rede substitutiva, com tratamento e cuidado em liberdade, o Hospital Psiquiátrico Aerolino de Abreu continuou referenciando as pautas jornalísticas.

A Lei 10.216/2001 foi representada sem o impacto positivo que poderia agregar ao portador de transtorno mental, como cidadão com direito a viver livre. Um aspecto crucial: a reinserção ao convívio familiar e ao mercado de trabalho foram aspectos da lei quase silenciados, e quando abordados, referiram-se ao apoio financeiro do governo em forma de bolsa-auxílio como condição única e suficiente para o retorno ao ambiente familiar. Frente a um contexto de mudanças, expressões como “doidos”, “colônia”, “doentes” continuaram sendo formas válidas de representação que somente dez anos depois deixaram os textos jornalísticos. No peso das representações percebidas nesta pesquisa permanece a certeza de que há de se repensar permanentemente os jornais em sua historicidade, bem como a responsabilidade que cada um e cada uma de nós tem nas atitudes que tomamos frente à saúde e especialmente à doença.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo: edição revista e atualizada**. Lisboa: Edições 70, 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Brasília, 2001.

BAUER, Martin W., GASKELL, George, ALLUM, Nicolas C. Qualidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W., GASKELL, George, ALLUM. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. Tradução Pedrinho Guareschi – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

FRANCO, José. **Hospício de Barbacena, Sucursal do Inferno**. Matéria especial publicada na Revista O Cruzeiro. Edição nº 31, de 13 de maio de 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=136709>.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GUIMARÃES, Humberto. **Para uma psiquiatria piauiense**. Teresina: COMEPI, 1994.

JODELET, Denise. **Loucura e representações sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas – História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2ª. Ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos e Pesquisas em Comunicação: projetos, ideias, práticas**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MEDEIROS, Andréa dos Santos Silva. **Criminosas, loucas e perigosas: um estudo de representações sociais sobre as internas nos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Edmar. **A incrível história de von Meduna e a Filha do Sol do Equador**. Teresina: Ed. do Autor, 2011.

PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. **Jornalismo e representações sociais: perspectivas teóricas e metodológicas**. Intertexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 12, p. 1-12, janeiro/junho 2005.

SAID, Gustavo Fortes. **Comunicações no Piauí**. Academia Piauiense de Letras/Convênio Banco do Nordeste. Teresina: 2001.

SANTOS, Clidenor Freitas. **Ideologia e circunstância**. Teresina: APL, 1988.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. – Florianópolis: Insular, 2005.

TAVARES, Zózimo. **O Piauí no Século 20. 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003.